



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
PREGÃO**

**LICITAÇÃO POR PREGÃO ELETRÔNICO - N.º 34/2020**

**RELATÓRIO FINAL**

Instado a proceder a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como objeto a contratação de serviço de locação de toldos, incluindo instalação, manutenção, preventiva e corretiva, desmontagem e retirada destes, para utilização no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no período eleitoral, o Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

Inicialmente designado para o dia 03/07/2020, por questões técnicas o Pregão acabou foi alterado para dia 06/07/2020. Assim, às 14 horas do dia seis de julho de 2020, o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 71/2019, procedeu à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Após exame preliminar das propostas apresentadas, o item foi aberto para lances.

Encerrada a fase de competitiva, identificou-se que a licitante SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL apresentou a melhor oferta.

Foi aberta, então, uma tentativa de negociação para redução do preço apresentado, conforme estabelece a Seção IX do Edital 20/2020 (Da Negociação), que se mostrou frustrada, uma vez que a SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL não aceitou reduzir sua oferta, sendo a mesma aceita, tendo em vista que se encontrava dentro do estimado para a contratação.

Vencida a fase de aceitação, passou-se à habilitação, com a análise dos documentos juntados pela licitante para tal fim, no momento da apresentação da proposta.

Analisada a documentação, verificou-se que:

- A licitante apresentou declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (documento 0761853).
- Apresentou declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (documento 0761853);



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA**  
**PREGÃO**

OBS. As declarações acima mencionadas foram apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

- A habilitação jurídica foi comprovada através da apresentação do Contrato Social da empresa, no qual ficou comprovado que a licitante possui objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação (documento 0761859).

Para fins de apuração da regularidade fiscal, foram apresentadas (documento 0761864):

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação ativa e validade até 26/11/2020.
- prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com validade até 16/07/2020.
- prova de regularidade com a Fazenda Nacional, com validade até 25/08/2020.
- prova de regularidade com a Fazenda Municipal, com validade até 15/07/2020.
- regularidade trabalhista, com validade até 11/10/2020 (documento 0761867).
- Foi apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência, com validade até 15/07/2020 (documento 0761870).

Para a comprovação da qualificação técnica, foram apresentados (documento 0761877):

- Comprovante de registro no CREA-MG;
- Apresentou atestado de capacidade técnica, fornecido pela empresa ALBERNAZ ELECTRIC, testando o fornecimento mínimo de 5 toldos (tendas piramidal) com dimensão de 10,00 x 10,00m.

Para efeitos de habilitação, foram, ainda, realizadas as seguintes consultas (documento 0768112):

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidadeadm/consultar_requerido.php);
- Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

Nas consultas acima mencionadas não foram encontradas informações que impedissem a habilitação da licitante ao objeto do certame.



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA  
PREGÃO**

**A SILK BRINDES COMUNICACAO VISUAL foi declarada a vencedora do certame.**

Encerrado o prazo pra registro de intenção de recursos, identificou-se que a licitante NAVAL PRODUcoes DE FESTAS E ALUGUEL DE TOLDOS manifestou interesse em recorrer.

Presentes os requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), a intenção foi aceita pelo pregoeiro.

Foi aberto, então, o prazo de 03 dias úteis para que a recorrente registrasse as razões do recurso, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, a começar do término do prazo da recorrente.

Vencido o prazo para apresentação das razões, não houve manifestação da NAVAL PRODUcoes nesse sentido. Tampouco houve apresentação de contrarrazões por parte das demais licitantes.

Ante o acima exposto, restou prejudicada a manifestação deste pregoeiro com relação à intenção suscitada.

O preço constante da proposta foi registrado em Ata, que foi juntada ao processo através do documento nº 0768121/2020.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, 16 de julho de 2020.

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro